

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Aderiani Machado de Oliveira
Larissa Fontes Germano Santana
Luciellen Rangel Viana de Oliveira¹
Hyloran Galdino Cabral²

RESUMO

Diante dos avanços ocorridos no modelo educacional o professor tem sido impactado por uma série de questões e mudanças em sua relação com os alunos, com seus pares e também com a instituição que atua. Com base nos avanços históricos e pesquisa de campo realizada nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim - ES serão evidenciadas a realidade dos docentes, bem como a relação da sua saúde mental com variáveis no ambiente educacional e de trabalho.

Palavras-chave: Saúde Mental. Estresse. Professor. Ambiente Educacional.

ABSTRACT

Given the advances in the educational model the teacher has been impacted by a number of issues and changes in its relationship with the students, with their peers and with the institution operates. Based on historical developments and field research conducted in the cities of Itapemirim and Itapemirim - ES will be highlighted the reality of teachers, as well as the ratio of their mental health variables with the educational and work environment.

1 INTRODUÇÃO

Após o advento da modernidade uma mudança psicossocial significativa vem dificultando o trabalho do professor no desempenho de suas funções. Observam-se uma atuação repleta de fatores desgastantes: cargas horárias elevadas em função do suprimento do benefício salarial, corpo docente indisciplinado e desinteressado e por vezes um número elevado de matriculados em uma mesma sala, entre outros fatores que reunidos ocasionam uma sobrecarga emocional significativa dos professores e com isso catalisam o surgimento de sintomas e patologias diversos.

Estudos mostram que a relação do professor com seu trabalho tende a sofrer uma falta de motivação tamanha que leva ao desgaste emocional, psíquico e físico cada vez maior. Neste sentido o tema abordado nesse artigo tem como foco no contexto atual discorrer direta e indiretamente sobre as influências na atuação do professor tendo sempre como base primordial o olhar sensível da psicologia em relação a realidade do profissional que está à frente da sala de aula diariamente com ambientes superlotados, baixa remuneração, alunos desestimulados, com uma didática sofrível que não se comunica, bem como do provável desgaste emocional que esses profissionais apresentam, aprofundando-se dessa percepção diante de bases mais sólidas e dados científicos para vislumbrar um retrato mais condizente com o que de fato ocorre.

¹ Graduandos em Psicologia na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professor do curso de Psicologia na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

Na produção deste artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica por meio de artigos, livros, dissertações relacionadas à temática proposta e entrevistas com profissionais da rede pública de ensino do município de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim – ES através de questionário semi-estruturado.

2 O PROFESSOR BRASILEIRO: DADOS HISTÓRICOS

Na busca de informações em livros e artigos científicos sobre quem são os professores brasileiros que atuam no ensino fundamental citamos, necessariamente, alguns momentos importantes da evolução que influenciaram na educação brasileira, como os princípios cristãos que impregnaram o momento da educação, o período da reforma pombalina, a influência da época da proclamação da república, o legado educacional do século XX no Brasil entre outros fatos históricos.

Vieira e Gomide (2008) relatam o começo do processo de educação no início da colonização portuguesa em terras tupiniquins através da fé anunciada pelos jesuítas dando início à catequese cristã praticada pela igreja católica.

A Igreja católica e *ratio studiorum* de 1549, quando os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, até 1759, ano da expulsão dos religiosos pelo Marquês de Pombal, os princípios cristãos cultivados em Portugal impregnaram cada momento da educação no Brasil (VIEIRA, GOMIDE; 2008, p.3836).

Neste sentido o início da educação brasileira é espelhada no modelo de Portugal que trazida para o Brasil pelos princípios religiosos do sistema educacional, assim, a educação brasileira começou a ganhar forma e se transforma com o passar dos anos. A “transmissão oral da fé, cuja origem estava na palavra de Cristo transmitida oralmente pelos apóstolos, era defendida ardorosamente pela Igreja católica, contra a diretiva luterana da leitura dos textos cristãos” (VIEIRA; GOMIDE, 2008. p. 3836).

Conforme o decreto *Super lectione et praedicatione*, emitido pelo Concílio de Trento em 1546, segundo Hansen (2000) citado por Vieira e Gomide (2008):

a pregação oral realizada no púlpito, por pregadores inspirados pelo Espírito Santo, era o instrumento utilizado para divulgar a palavra divina. Para formar esses pregadores, recomendava-se a abertura de seminários diocesanos, que ofereceriam aos seus discípulos as principais habilidades necessárias ao cumprimento das tarefas pastorais: pregação, liturgia e práxis sacramental (HANSEN 2000 citado por VIEIRA; GOMIDE, 2008. p. 3837).

Com base no que foi mencionado acima estes sacerdotes cristãos recebiam esses aprendizados com o intuito de se aperfeiçoar para poder educar outros homens, assim também aumentaria a sua capacidade de memória e inteligência.

Autores como MATTOS (1958), citado por SAVIANI (2008) dizem que a primeira escola no Brasil foi localizada em uma determinada época no ano de 1549 influenciada pela chegada dos jesuítas que criaram a colônia portuguesa.

Com isso os jesuítas se tornaram uma poderosa e eficiente congregação religiosa, principalmente em função de seu princípio fundamental: a busca da perfeição humana. Tinham como objetivo deter o grande avanço protestante da época e, para isso, utilizaram de estratégias como: a educação dos homens e dos indígenas; a

ação missionária, por meio da qual procuraram converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (QUEIROZ; MOITA, 2007). “Praticamente foram dois séculos de domínio do método educacional jesuítico, que termina no século XVIII, com a Reforma de Pombal quando o ensino passa a ser responsabilidade da Coroa Portuguesa” (MACIEL; SHIGUNOV, 2006, p.469).

Com a Reforma de Pombal houve total modificação no método de ensino e se desfez a organização como se tinha antes no período jesuítico. Essa mudança ocorreu no Brasil e em Portugal. Instituições de aulas de gramática latina, de grego e de retórica foram substituídas por um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino, introduções das aulas régias, aulas isoladas entre outras deram vez ao concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio (MACIEL; SHIGUNOV, 2006).

É esse o ponto de partida da história das instituições escolares brasileiras. O primeiro período é dominado pelos colégios jesuítas como já foi citado acima; “o segundo está representado pelas “aulas régias” instituídas pela reforma pombalina como uma primeira tentativa de instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido” (SAVIANI, 2008, p. 150). Vejamos abaixo os seguintes períodos que ajudaram na construção da educação brasileira;

[...] O terceiro período(1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados, na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente no sexto período, que se estende de 1961 aos nossos dias, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada, as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI 2008, p. 150).

Os esses períodos mencionados foram de grande valia pra a educação dos dias atuais, pois se tratam pontos chave na transformação e na formação educacional brasileira.

Destacando os marcos que fizeram mudanças se aponta a influência do período republicano na qual nesta época o ensino foi descentralizado e se tornou de responsabilidade do governo. Durante a 1ª República ocorreram várias reformas na educação escolar em todo o País e inúmeras propostas de reforma nos Estados. Eram propostas em forma de decretos que pretendiam dar direção à educação secundária, ao curso normal e ao ensino escolar. A educação primária continuou como responsabilidade dos Estados e praticamente ignorada pela União (SILVA, 2012).

Após a segunda guerra mundial o estado brasileiro solidificou propendendo a pensar, pela primeira vez na educação no Brasil, sua economia, sua participação no desenvolvimento capitalista, a respeito de sua própria educação e

consequentemente, na sua política para formação de professores (VIEIRA; GOMIDE, 2008. p. 3842).

Outro forte momento vivenciado e que trouxe mudança ao Brasil foi o legado educacional do século XX, que segundo Torres (2010):

O legado educacional do século XX no Brasil é uma importante contribuição desses pesquisadores à historiografia educacional brasileira. Além de sugerir diversos questionamentos oportunos acerca da constituição e consolidação dos modelos pedagógicos adotados no Brasil, revela as condições materiais e os agentes históricos que proporcionaram tal realização, os processos de “democratização da escola pública”, a promoção de um projeto cultural de racionalização da escola primária, de transformações da realidade profissional dos professores, homens/mulheres, igualmente humanos, com desigualdades socioculturais e a introdução de novos métodos de ensino e aprendizagem do aluno e profissionalização do docente. Contribui, assim, para uma melhor compreensão de temas educacionais atuais, incoerências e avanços praticados no sistema de ensino da sociedade brasileira (TORRES, 2010, p. 215).

Em suma, podemos ver que nesse segundo período ao longo século XX, enquanto do ponto de vista institucional se caminhava das partes para o todo na direção da regulamentação do ensino brasileiro, do ponto de vista das ideias educacionais, ganhava terreno o movimento renovador, cujos representantes foram crescentemente ocupando os postos da burocracia educacional oficial, tendo oportunidade de ensaiar várias reformas, criar escolas experimentais e implementar os estudos pedagógicos, impulsionados de modo especial a partir da criação do INEP, da CAPES, e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE (XAVIER, 1999 citado por SAVIANI 2004).

Ao longo das últimas décadas, grande parte dos países, tanto da América Latina quanto outras regiões do mundo passaram por intensos processos de transformações educacionais. Os resultados desta mudança mostram que de fato houve significantes alterações no desenvolvimento quantitativo da oferta escolar, englobando todos os níveis, que se produziram importantes mudanças nos estilos de gestão e administração dispostos a ceder maiores níveis de autonomia as instituições escolares e maiores níveis de responsabilidades pelos resultados que foram renovados os conteúdos curriculares, tanto do ponto de vista cognitivo como ético e emocional, e que evolui ligeiramente em políticas a fim de promover a inclusão de novas tecnologias da informação nas escolas (UNESCO, 2004).

Contudo, percebe-se que a educação no Brasil começou com a chegada dos padres e irmãos coadjutores que na qual essa entrada destes foi o ponto de partida que fez acelerar o progresso da educação brasileira até chegarmos à educação atual. Foram estes os religiosos que criaram vários colégios, seminários e internatos na qual ofereciam quatro cursos: Elementar, Humanidade, Ciências e Artes e Filosofia e Teologia, porém estes ensinamentos eram limitados para um determinado público, a educação era somente voltada para a elite, o objetivo nesta época era formar outros padres á darem continuidade os trabalhos missionários ou servir para preparar administradores locais (SILVA, 2012).

3 SAÚDE DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO TRABALHO

Para iniciar esta discussão é importante ressaltar o que é saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) saúde é o bem-estar social entre os indivíduos incluindo o estado de normalidade de funcionamento do organismo humano. Ter saúde é viver com boa disposição física e mental.

Além da boa disposição do corpo e da mente o profissional da educação tem que ter uma boa saúde em seu trabalho. Sobre isso Marcia Agostini (s/d, p.375) afirma que:

Ter saúde e bem-estar no trabalho é necessariamente compreender a noção de sujeito e ator de sua vida e de sua vida no trabalho, numa relação social de troca com os outros trabalhadores, numa busca constante de conhecimento e de luta contra os mecanismos de desvalorização e de precariedade do trabalho, o que implica um processo de construção e um avanço das condições de trabalho e da qualidade de vida e de saúde dos trabalhadores.

Segundo Coutinho citado por Batista et al. (2010) para que o professor possa desenvolver seu papel e suas funções é preciso ter um ambiente onde seja no mínimo, confortável. Entre as mais variantes estão elas: material para aplicação de uma metodologia mais expositiva, e um professor psicologicamente e fisicamente preparado para dar aula à classe.

Por sua vez Dejours citado Neves e Silva (2006) diz que o trabalho nunca é imparcial em relação à saúde, podendo assim trazer benefícios ou malefícios para a saúde, ou seja, pode trazer o adoecimento. Sobre a profissão do professor, Tavares e Colaboradores (2007) citado por Lima e Lima-filho (2009) afirmam que:

Ser professor é uma das profissões mais estressantes na atualidade. Geralmente as jornadas de trabalho dos professores são longas, com raras pausas de descanso e/ou refeições breves e em lugares desconfortáveis. O ritmo intenso e variável, com início muito cedo pela manhã, podendo ser estendido até à noite em função de dupla ou tripla jornada de trabalho. No corre-corre os horários são desrespeitados, perdem-se horas de sono alimenta-se mal, e não há tempo para o lazer. São exigidos níveis de atenção e concentração para a realização das tarefas. Quando o trabalho é desprovido de significação, não é reconhecido ou é uma fonte de ameaças à integridade física e/ou psíquica acaba por determinar sofrimento ao professor.

Deve-se dizer ainda que a intensificação no trabalho é um dos fatores também que pode gerar sintomas de um adoecimento. É muito comum ver professores com cargas intensas de horas em execução em mais de uma escola, aumentando assim o número de tarefas. Segundo Ludke e Boing citado por Assunção e Oliveira (2008) os professores tem sido cobrados por mais trabalho através de críticas externas como se os professores e a educação que aplicam fossem responsáveis por tudo até pelos problemas sociais.

Oportuno se torna também mencionar que à medida que as demandas na área escolar vão se tornando mais complexas acabam se tornando complexo também para o aluno. Muitas vezes o profissional não se sente preparado, tanto pela carga de sua formação ou sua experiência. Diante dessas demandas o professor é chamado para atender as necessidades com aptidão para suas atividades docentes, com isso o sistema escolar espera do educador formação e estímulo para ter o domínio em sala de aula e responder as exigências e demandas diversificadas que chegam à escola. Ainda que cresçam as cobranças e exigências por parte dos pais

dos alunos, os próprios têm menos tempo para participar e acompanhar a educação de seus filhos.

O aumento da carga de trabalho acaba trazendo prejuízos à saúde como: mal-estar geral, hipo e hipertensão, labirintite, esgotamento físico e mental, insônia, irritabilidade, falta de ar, alergias, por causa de alimentação inadequada causando mau funcionamento do organismo ou seja, dificuldade em digerir, frustração, ansiedade entre outros distúrbios potencializados ao longo do fim do ano letivo. (GOMES E BRITO, 2006).

Nesse sentido Gomes e Brito (2006, p. 57) ainda afirmam que:

Devido às transformações no mundo do trabalho e suas repercussões na escola, à desvalorização social e econômica da profissão, ao descaso com que têm sido tratados pelos governantes, sobretudo nos últimos anos, os profissionais expressam um sentimento de indignação muito grande. Não vêem o reconhecimento do seu trabalho e dos seus esforços, como a busca por aprimoramento (como cursos de especialização, mestrado e doutorado), sentem-se desrespeitados e, de certa forma, explorados, porque a intensificação do trabalho é cada vez maior e os salários estão cada vez mais defasados.

As demandas educacionais existentes causam no docente cada vez mais desilusão e estresse. Sejam essas demandas: falta do trabalho em equipe com o pedagogo, desinteresse das famílias em acompanhar seu filhos, infra-estrutura inadequada, aumento de indisciplina, além da desvalorização do profissional da docência, refletido inclusive na sua baixa remuneração em relação à outras carreiras. Com as expectativas baixas vem à culpa e a vontade de desistir. Vindo assim sintomas de um adoecimento. (NAUJORKS *citado por* GASPARINO, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005).

Dejours (1994) citado por Lima e Lima –filho (2009) diz :

Partindo da análise da psicodinâmica das situações de trabalho, considera que quando o trabalho torna-se fonte de tensão e de desprazer, gerando um aumento da carga psíquica sem possibilidade de alívio desta carga por meio das vias psíquicas, ele dá origem ao sofrimento e à patologia. Sendo assim, a insatisfação no trabalho é uma das formas fundamentais de sofrimento no trabalho.

Diante disso entende-se que o docente precisa de condições adequadas para que tenha uma saúde. Há uma necessidade de intervir nesses sujeitos e buscar a solução de menos carga de trabalho e mais valorização desse profissional, pois com menos intensificação mais serviço será produzido com qualidade. Tem-se que pensar que se estes profissionais não tem qualidade de vida está se colocando em risco a qualidade da educação em nosso país, pois este professor sem saúde não terá a mesma motivação, tampouco capacidade emocional em sala de aula que teria um professor que desfrutasse de condições adequadas de trabalho. (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA 2008)

As ideias acima ratificam o valor de se enxergar a saúde mental dos profissionais da educação com outro olhar. Ter a visão ampla que este trabalho está relacionado a diversas dificuldades encontradas dentro e fora da sala de aula. Uma vez notados os

sintomas desse sofrimento é necessário que se busque melhorias que produzam uma significativa melhora nas condições de trabalho, de formação, remuneração, estrutura e, com isso benefícios para saúde mental do professor. (GOMES E BRITO, 2006).

4 CONCEITO DE SAÚDE MENTAL E A PRODUÇÃO DE FRACASSOS DE PROFESSORES

Para que um sujeito seja diagnosticado com transtorno mental deverá apresentar uma série de sintomas que somados podem levar a um diagnóstico de patologia. Dentre os sintomas se destaca a perturbação significativa na cognição, uma vez que manifesta, acarretará num possível fracasso na inter-relação com o outro, tendo como consequência uma disfunção nos processos biológicos e psicológicos. Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico – 5 edição, DSM-5:

Um transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Transtornos mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes. Uma resposta esperada ou aprovada culturalmente a um estressor ou perda comum, como a morte de um ente querido, não constitui um transtorno mental. Desvios sociais de comportamentos (p.ex., na natureza política, religiosa ou social) e conflitos que são basicamente referentes ao indivíduo e à sociedade não são transtornos mentais a menos que o desvio ou conflito seja resultado de uma disfunção no indivíduo, conforme descrito. (DSM 5, p.20, 2014)

Importante ressaltar que para que o diagnóstico do transtorno mental seja de fato consolidado o sujeito deverá passar por uma avaliação clínica. Esta por sua vez terá alguns passos a serem seguidos: prognóstico; os planos de tratamento e possíveis resultados do tratamento para seus pacientes.

Sobre a necessidade do tratamento, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico – 5edição, DSM-5:

O diagnóstico de transtorno mental deve ter utilidade clínica: deve ajudar os clínicos a determinar o prognóstico, os planos de tratamento e os possíveis resultados do tratamento para seu pacientes. Contudo, o diagnóstico de um transtorno mental não é equivalente à necessidade de um tratamento. A necessidade de tratamento é uma decisão clínica complexa, que leva em consideração a gravidade dos sintomas, a importância dos sintomas (p. ex, presença de ideação suicida), o sofrimento do paciente (dor mental) associado aos(s) sintoma(s), deficiência ou incapacidade relacionada aos sintomas do paciente , riscos e benefícios dos tratamentos disponíveis e outros fatores (p.ex., sintomas psiquiátricos complicadores de outras doenças). (DSM, p.20, 2006)

Sucintamente para se entender acerca de saúde mental, faz-se necessário a compreensão de fato do conceito já propriamente dito, bem como a função cognitiva

do sujeito. Quando se depara com o conceito de saúde mental de forma leiga se entende que o sujeito tem uma “doença mental”. No entanto, de forma científica se percebe que saúde mental na perspectiva de Bleger (1984, p.19) enfatiza no desenvolvimento integral das pessoas e da comunidade e não apenas na ausência de doenças.

Dessa forma pessoas mentalmente sadias possuem características marcantes acerca de seus comportamentos, tais como: satisfação com o seu eu e com os que o cercam; aceitação e compreensão acerca dos problemas que poderão aparecer no cotidiano; reconhecimento de seus limites emocionais, buscando ajuda sempre que necessário. A saúde mental de uma pessoa basicamente está associada à forma como ela lida com as imposições da vida levando em conta seus sentimentos, emoções, necessidades.

Diante dessa breve explicação se lança um paradoxo com a saúde mental do professor, uma vez que no decorrer dos anos o professor visando maiores benefícios salariais tem procurado exercer sua função com excesso de trabalho deixando por vezes seus momentos de lazer serem trocados por planos de aula, correção de provas, lançamento do conteúdo programático, do controle de classe, fora do plano de ensino já contemplado na sua atuação rotineira e mesmo com todo esse excesso de trabalho o docente é por vezes desvalorizado, não recebendo os devidos reconhecimentos por tal atuação.

Para Nóvoa (2006, p.33):

Os professores nunca viram seu conhecimento específico devidamente reconhecido. Mesmo quando se insiste na importância da sua missão, a tendência é sempre para considerar que lhes basta dominarem bem a matéria que ensinam e possuírem um certo jeito para comunicar e para lidar com os alunos. O resto é dispensável. Tais posições conduzem a, inevitavelmente ao desprestígio da profissão, cujo o saber não tem qualquer valor de troca de mercado.

Seligmann-Silva (1986, 1994), apresenta três principais correntes metodológicas acerca da saúde mental do trabalhador: teoria do estresse; psicopatologia do trabalho e desgaste mental, este será mencionado nos resultados e discursos, uma vez que foi encontrada esse perfil nos professores entrevistados.

4.1 TEORIA DO ESTRESSE

O termo estresse vem sendo utilizado, por vezes, de forma incorreta sendo direcionada a um senso comum. Os meios de comunicação têm em sua maioria utilizado desse termo de forma errônea fazendo com que se tenha certa confusão com seu verdadeiro significado.

Rodrigues (1997, p. 24) define estresse como "uma relação particular entre uma pessoa, seu ambiente e as circunstâncias às quais está submetido, que é avaliada pela pessoa como uma ameaça ou algo que exige dela mais que suas próprias habilidades ou recursos e que põe em perigo o seu bem-estar". Essa visão considera os estímulos estressores ambientes externos (ambiente de trabalho, social) e internos (cognitivo). No quesito professor, chama atenção uma síndrome significativamente importante, e que necessita de uma atenção direcionada: síndrome de *Burnout* ou síndrome do esgotamento Profissional.

Burnout é correlacionado a um estresse ocupacional, envolvendo profissionais que estafados de tanto trabalho não desempenham mais suas funções com total cognição, ou seja, padecem de seu desempenho físico e mental.

No “Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde – Doenças relacionadas ao Trabalho”, organizado por Dias (2001), o *burnout* ou “Síndrome do Esgotamento Profissional”, assim como os demais transtornos mentais relacionados ao trabalho, está inserido no Grupo III de doenças, segundo a definição de Schilling (1984), ou seja, no caso desses agravos à saúde, o trabalho é considerado “provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida”. A síndrome é definida como

(...) um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho. Tem sido descrita como resultante da vivência profissional em um contexto de relações sociais complexas, envolvendo a representação que a pessoa tem de si e dos outros. O trabalhador que antes era muito envolvido afetivamente com os seus clientes, com os seus pacientes ou com o trabalho em si, desgasta-se e, em um dado momento desiste, perde a energia ou se “queima” completamente. O trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, desinteressase e qualquer esforço lhe parece inútil (p. 191).

Mediante ao estresse ocasionado pelo trabalho, este esgotamento profissional poderá acarretar diversas patologias no docente, podendo levar o educador a deixar de exercer sua função. Guglielmi & Tatrow (1998) afirmam que o *burnout* afeta o ambiente educacional e interfere na obtenção dos objetivos pedagógicos, levando estes profissionais a um processo de alienação, desumanização, apatia, ocasionando problemas de saúde, absenteísmo e intenção de abandonar a profissão:

(...) isolamento social e a falta de senso de comunidade que, geralmente, estão presentes no trabalho docente, tornando os professores mais vulneráveis ao *burnout*. Segundo os autores, o ensino é uma profissão solitária, uma vez que há uma tendência do professor a vincular suas atividades ao atendimento de alunos, ficando à parte de atividades de afiliação, grupos e engajamento social. (p. 46).

É importante ressaltar que o acúmulo de anseios tanto na rotina trabalhista do docente como na vida social poderá acarretar em patologias significativas, interferindo assim na qualidade de vida do professor.

4.2 PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO

O psiquiatra Louis Le Gillant inaugurou o campo da Psicopatologia do Trabalho em 1950, na França, questionando a psiquiatria de seu tempo dando início aos trabalhos na psiquiatria social. Propôs em suma, uma clínica baseada nas condições trabalhistas dos pacientes bem como na trajetória percorrida ao longo dos anos, visando à integração em um contexto psicológico conferindo um olhar diferenciado, particular. (LIMA, 2002, p. 62).

A psicopatologia do trabalho ligada a psicanálise valoriza a fala do indivíduo sobre seu trabalho, pois assim o indivíduo mostrará pontos que será de grande importância para o desempenho do seu trabalho. Na percepção psicanalítica quando o indivíduo nega comentar algum assunto sobre seu ambiente de trabalho, em registro pode ser um dispositivo de defesa lutando contra a percepção do sofrimento. Partindo desse ponto há outro conceito essencial da psicopatologia do trabalho: as estratégias que contribuem para agregar os trabalhadores, diminuindo o sofrimento psíquico. Com isso se constrói a denominada “ideologia defensiva da profissão”. Através da convivência em grupo trabalhadores criam estratégias coletivas buscando manutenção e equilíbrio psíquico que acaba protegendo contra as ameaças do ambiente em que trabalha (FERNADES; MELO; GUSMÃO, et.al, 2006).

5 MÉTODO

Entre os dias 30 de julho e 13 de agosto de 2015 foram entrevistados 15 professores das escolas EMEB Zilah Lima de Moura e EMPEF Manoel Marcondes de Souza, com modalidades efetivas e contratadas nas cidades Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, ambas do Espírito Santo, com a finalidade de promover um estudo acerca da saúde mental de professores da rede pública do ensino fundamental visando compreender as condições psicológicas e físicas desses docentes.

Para a entrevista foram feitos contatos com os docentes procurando estabelecer o melhor horário para o preenchimento do formulário. Foram entregues uma caneta esferográfica azul ou preta e informações necessárias para uma melhor compreensão acerca das perguntas. O questionário abrange 17 questões semiestruturadas permitindo assim uma melhor explanação acerca de sua demanda na escola, bem como sua concepção acerca do local e carga horária de trabalho. Apesar de algumas questões não terem sido respondidas por alguns entrevistados os formulários de forma geral apresentaram bom aproveitamento no resultado final.

Diante da repercussão de algumas reportagens em telejornais, revistas e no meio virtual que envolvem professores que deixam as salas de aula, greves por melhoria salarial e conflitos entre os docentes e alunos, buscou-se compreender quais são suas necessidades, anseios e suas conquistas referentes ao trabalho que escolheram exercer.

6 RESULTADOS DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa de campo com professores do Ensino Fundamental de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim - ES pode-se observar que um número expressivo de docentes apresenta algum tipo de sintoma inerente ao desgaste mental.

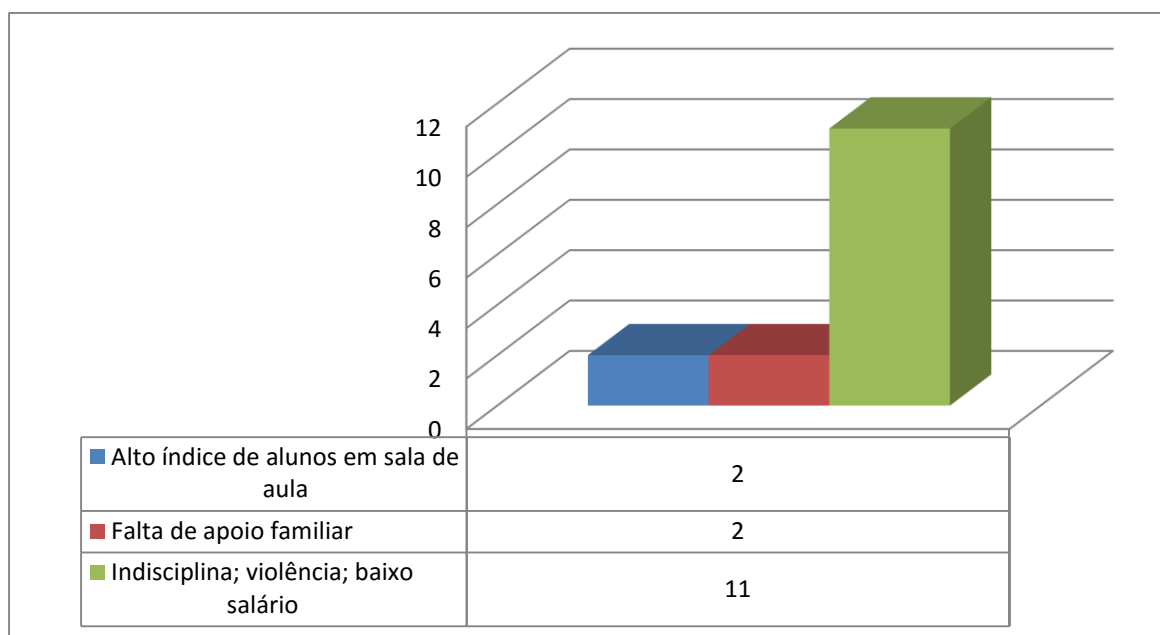
Laurell (1989) e Seligmann-Silva (1994) trazem alguns conceitos referentes ao desgaste e desgaste mental:

O *desgaste* é entendido como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica, na medida em que o trabalho se converteu em atividade, cujo componente desgastante é muito mais efetivo do que o da reposição dessa capacidade e do desenvolvimento de potencialidades do trabalhador.

O *desgaste* psíquico é associado à imagem de "mente consumida", reunindo três abrangências: a primeira, compreendendo quadros clínicos relacionados ao desgaste orgânico da mente (seja em acidentes do trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos); a segunda, compreendendo as variações do "mal-estar", das quais faz parte a fadiga (mental e física); a terceira, que identifica os desgastes que afetam a identidade do trabalhador, ao atingir valores e crenças que podem ferir a sua dignidade e esperança.

Entende-se que os desgastes mencionados acima se referem a um conjunto de processos inerentes a fatores biológicos e psicológicos, chamados de biopsíquico. Acerca disso, professores têm se submetido a certos desgastes mediante a uma possível falta de planejamento emocional, referente à sua rotina de trabalho. É possível que através da deterioração mental o docente adquira síndromes causadas por acúmulos de sentimentos.

Gráfico 1 – Quais são os principais fatores que levam ao desgaste em sala de aula?



Fonte: Pesquisa do autor

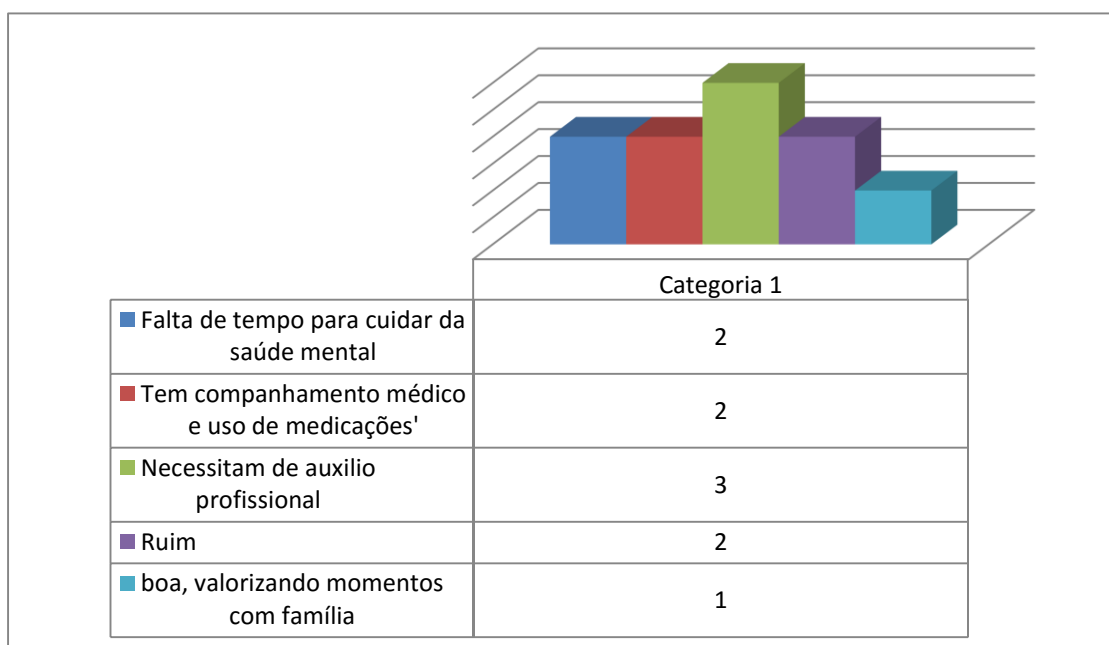
No que tange a saúde física e mental dos docentes é nitido perceber que há uma grande relevância de fatores prejudiciais que acabam transpassando na vida desses docentes e alteram seu estado de saúde e os dados acima confirmam vários fatores de adoecimento que são vivenciados no cotidiano da vida docente.

DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET na teoria sobre a carga psíquica apontam que:

Se um trabalho permite a diminuição da carga psíquica, ele é equilibrante. Se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante. No trabalho por peças não há quase espaço para a atividade fantasmática; em que todo o caso, as aptidões fantasmáticas não são utilizadas e a via de descarga psíquica está fechada; a energia psíquica se acumula, tornando-o fonte de tensão e desprazer, a carga psíquica cresce até que aparecem a fadiga, a astenia, e a partir daí a patologia: é o trabalho fatigante (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2009, p.25).

Observando os dados acima e os correlacionando à teoria apresentada percebe-se que o docente apresenta uma realidade psíquica propensa à patologia, pois o seu ambiente não propicia um espaço que o mesmo possa realizar suas potencialidades, o seu trabalho em sala de aula não proporciona uma descarga psíquica e os principais motivos que levam a essa realidade, como apontado no gráfico 1 são: o alto índice de alunos em sala de aula, a falta de uma família participativa, mas, principalmente, a indisciplina, violência e baixos salários.

Gráfico 2 - Saúde Física e Mental dos Professores e possíveis cuidados

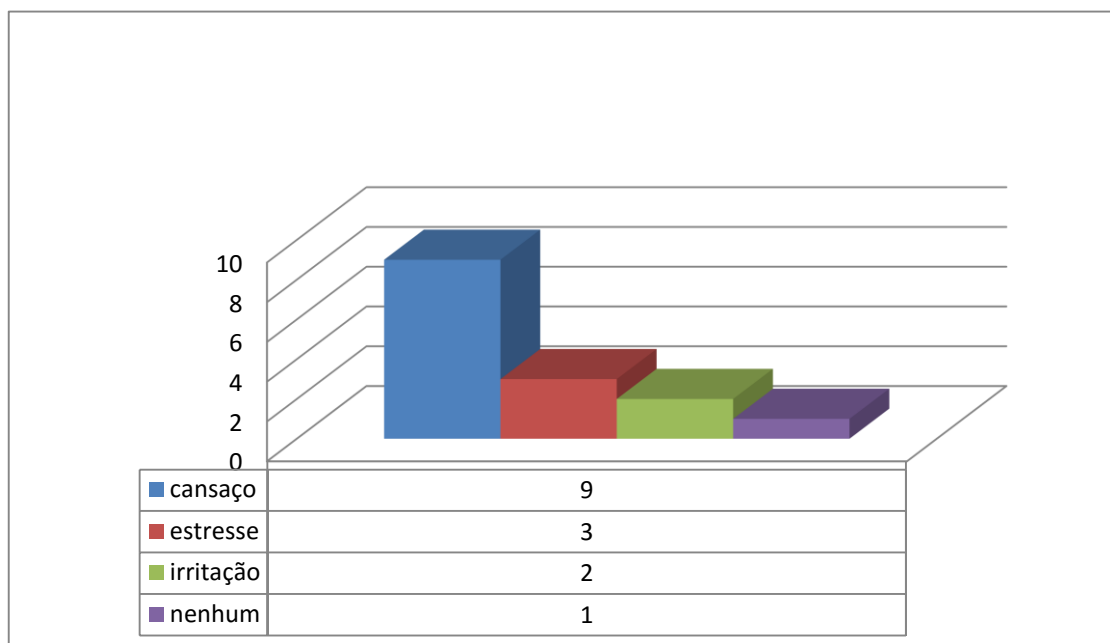


Fonte: Pesquisa do autor

No gráfico 2 é nítido que quase a totalidade dos pesquisados apresenta falta de tempo para cuidar da saúde mental, passa por acompanhamento médico, usando medicações, reconhecendo que necessita de auxílio profissional apontando para uma saúde física e mental ruim.

Na sociedade contemporânea é cada vez mais cotidiano o surgimento do sofrimento psíquico visto que é um reflexo de conflitos e impasses do dia a dia. Na educação não é diferente. Professores em sua carga horária vivenciam conflitos que são acumulados e não resolvidos. Com isso seu estado mental é refletido em sintomas, gerando doenças. No gráfico 3, abaixo, mostra-se os sintomas prejudiciais que surgem em sala de aula na pesquisa. Citando Estresse, irritação e cansaço apenas 1 respondeu que não tem nenhum sintoma.

Gráfico 3 - Sintomas prejudiciais que surgem em sala de aula



Fonte: Pesquisa do autor

O cansaço é um dos primeiros sintomas que o professor carrega consigo, pois a maioria trabalha com carga horária elevada, tendo um nível de responsabilidade em grande escala facilitando assim a fadiga e estafa ocasionadas pela rotina trabalhista. Sobre isso Oliveira, 2006 diz que:

A categoria trabalho docente abarca tanto os sujeitos nas suas complexas dimensões, experiências e identidades quanto as condições em que as atividades são realizadas no ambiente escolar. Compreende, portanto, as atividades, responsabilidades e relações que se realizam na escola para além da regência de classe, sujeitas, no conjunto, a mecanismos implantados pela gestão na busca por redução dos custos e aumento da eficácia (Oliveira, 2006).

O mal - estar leva ao estresse e ao esgotamento que vão se acumulando com as exigências sobre o professor. Segundo da Silva (2014):

As responsabilidades do professor extrapolam o campo cognitivo. Não se pede apenas que saiba a matéria que leciona, mas que seja um facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho de grupo. Além disso, também é atribuído a ele que cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da educação sexual, além de dar a devida atenção aos alunos especiais integrados na turma. (Da SILVA, 2014, p.5)

Visto isso o educador precisa estar preparado tanto fisicamente como psicologicamente para enfrentar essa luta dia a dia. Seu cansaço não é obra do acaso, pois os fatores em sua volta exigem que ele se doe cada vez mais. Há a necessidade de ampliar a visão acerca do docente, lembrando de suas limitações e primordialmente que o professor necessita ser cuidado investindo assim em uma educação eficaz, sadia e que proporcione um empenho maior por parte do mestre em sala de aula.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às problemáticas transmitidas pelos docentes é latente perceber que a inversão de valores no que tange o envolvimento dos alunos tem de forma significativa afetado os professores. O mestre em sala de aula agraciado de conteúdos a serem repassados aos discentes são surpreendidos com a falta de interesse em aprender, falta de respeito, sendo por vezes cobrados pelos pais dos alunos por uma solução mágica para essa dificuldade.

Infelizmente, percebeu-se ao longo da pesquisa de campo que a família transfere a responsabilidade de “educar” ao professor sendo que esse deveria ser um valor primordialmente da família, do lar. Juntamente com os fatores já tratados ao longo deste trabalho, essa é uma das grandes causas do esgotamento físico e emocional do educador.

As frustrações, as condições para o trabalho e o despreparo emocional são fatores que tem levado muitos profissionais a abandonarem sua profissão. Segundo Camana (2007) citado por Da Siva (2014) o sofrimento do professor é algo que urge que se dê importância. Além do bem estar do próprio docente, é preciso pontuar que quando o professor sofre afeta também diretamente as pessoas que tem ligação com seu trabalho, trazendo consequências como: diminuição da qualidade pedagógica do trabalho, absenteísmo, e sofrimento humano.

Por se tratar de uma profissão que trabalha diretamente com o ser humano é notório que dilemas, problemas e divergências aconteçam no cotidiano, porém é preciso se entender que posturas mínimas de respeito mútuo devem ser manifestas, uma vez que a boa convivência entre equipe docente, interdisciplinar, administrativa, e todas estas em relação também com o corpo discente, é fundamental para a existência de um ambiente de trabalho e desenvolvimento educacional saudável, permitindo assim um aprendizado eficaz e prazeroso.

Diante dos fatos apresentados entende-se que os docentes de um modo geral necessitam de um acompanhamento psicológico para enfrentar sua rotina trabalhista de forma saudável mentalmente.

É notório que com cargas elevadas de trabalho e cobranças cada vez mais altas torna-se dificultoso para o docente procurar ajuda profissional para um possível tratamento.

Uma alternativa saudável para todos os envolvidos na dinâmica escolar certamente é a presença de um profissional de psicologia inserido diretamente no ambiente escolar, que possa atuar em parceria com toda a equipe e discentes, trazendo um olhar diferenciado e de forma coletiva auxiliando na resolução de variáveis que possam estar causando no ambiente escolar processos de adoecimento com o intuito de desenvolver pensamento de novas alternativas para possíveis conflitos, bem como fortalecer o docente na busca por novos conhecimentos e habilidades educacionais.

Vale ressaltar que ter como alternativas palestras voltadas para a promoção da saúde mental e conhecimento de suas possíveis patologias frente aos dilemas em sala de aula serão certamente importantes para a construção de professores conscientes e preparados para uma atuação cercada de qualidade de vida, de relacionamentos interpessoais saudáveis e de saúde mental.

8 REFERENCIAS

DA SILVA; Maurina Passos Goulart Oliveira .**A silenciosa doença do professor: Burnout, ou mal estar docente** . Unaerp, Universidade de Ribeirão preto- Campus Guarujá . ed, nº2 . 2014. Disponível em : <http://www.unaerp.br/index.php/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/edicao-n-2-2014-1/1464-161-454-1-sm/file> Acesso em : 28 de setembro de 2015.

ASSUNÇÃO , Ada Àvila ; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores**. Educ.Soc. Campinas , vol. 30, n.107, maio/agosto.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf> Acesso em : 12 de maio de 2015.

BATISTA , Jaqueline Brito Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; COUTINHO, Antônio Souto, PEREIRA, Daniel Augusto de Moura , AUGUSTO, Lia Geraldo da Silva. O ambiente que adoce: condições ambientais de trabalho do professor do ensino fundamental. **Card. Saúde Colet**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em : http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_2/artigos/CSCv18n2_234-242.pdf Acesso em : 12 de maio de 2015.

BLEGER, J. Temas de psicologia: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BOSI, A.P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e Sociedade*, 28 (101), 1503-1523. Retirado em 2/2/2009, no *Word Wide Web*:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000400012&lng=pt&nrm=iso.

BURKE, R. J.& GREENGLASS, E. R. (1989). Psychological burnout among men and women in teaching: **an examination of the Cherniss model**. *Human Relations*, 42, 3, 261-273.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. Psicodinâmica do Trabalho: **contribuições da escolar dejouriana á análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo, CEPT, ed. ATLAS S.A, ed. 1, 2009, pg. 05-145.

FRANCELINO, S.M.R.L. (2003). As transformações do mundo do trabalho e a atividade docente. Em: Leão, I.B. *Educação e psicologia: reflexões a partir da teoria sócio-histórica* (pp. 121-144). Campo Grande: Editora UFMS.

FILHO, Casemiro dos Reis. Educação e ilusão liberal: **origens da Escola Pública Paulista**. Campinas- SP, Resenha, [online], v. 2, n. 1, 1995, p. 3. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1864/1705>>. Acessado em: 27 de Abril de 2015.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Àvila . **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde** . Educação e Pesquisa, São Paulo, V.31, n.2, maio/agosto.2005. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf> Acesso em:12 de maio de 2015

GOMES, Luciana; BRITO, Jussara. **Desafios e possibilidades ao trabalho docente e á sua relação com a saúde**. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, ano 6, n.1. 2006. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revispsi/article/view/11081> Acesso em : 12 de maio de 2015.

GUGLIELMI, R. S. & TATROW, K. (1998). Occupational stress, burnout, and health in teachers: **a methodological and theoretical analysis**. Review of Educational Research, 68, 1, 61-69.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV, Alexandre Neto. A educação brasileira no período pombalino: **uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. São Paulo, [online], educação e pesquisa, v. 32, n. 3, p. 465-476. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n3/a03v32n3.pdf> > Acessado em : 23 de Julho de 2015.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SILVA, Edth Seligmann. **A dor e a delícia de ser (estar) professora, trabalho docente e saúde mental**. Estudos e pesquisas em psicologia. UERJ, Rio de Janeiro, ano 6, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11082> Acesso em: 12 de maio de 20015.

QUEIROZ, Cécilia; MOITA, Filomena. **Reforma Pombalina: reflexos na educação brasileira**. Campina Grande; Natal, UEPB/UFRN, ed. 22, 2007, pg. 1-24. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/fundamentos_socio_filosoficos_da_educacao/Fasciculo_06.pdf>. Acessado em 24 de Outubro de 2015.

RODRIGUES, A. L. & GASPARINI, A. C. L. F. (1992). Uma perspectiva psicossocial em psicossomática: **via stress e trabalho**, in: Mello Filho, J. de (org.) *Psicossomática hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 93-107.

SAVIANI, Dermeval. **A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001)**, Curitiba, CNPq, III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, p. 2-11. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>>Acesso em: 23 de Julho de 2015.

SAVIANI, Dermeval. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. São Paulo, [online], Rev. Científica, v. 10, n. especial, 2008, p. 147-167. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v10nesp/eccosv10nesp%203f09.pdf>. Acessado em: 23 de Julho de 2015.

SILVA, Maria Abádia da. Educadores e educandos: **tempos históricos**. Ed. rede e-Tec Brasil, 4ª. ed, 2012, p. 1-118.

SCHILLING, R. S. F. More effective prevention in occupational health practice. Journal of the Society of Occupational Medicine, n.39, p. 71-79, 1984.

TAVARES, E.D.; Alves, F.A.; GARBIN, L.S.; SILVESTRE, M.L.C. e PACHECO, R.D. (2007). *Projeto de qualidade de vida: combate ao estresse do professor*. Retirado

em 14/2/2009, no *Word Wide*

Web:http://www.unicamp.br/fef/espec/hotsite/gqve/TCC_GustavoElmaLuciaCimadon.pdf.

TORRES, Eli Narciso da Silva. **O legado educacional do século XX no Brasil.**

Caxias do Sul, [online], v. 15, n. 3, 2010, p. 2015. Disponível em: <

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/528/409>>.

Acessado em: 09 de Maio de 2015.

UNESCO, no Brasil. O Perfil dos Professores Brasileiros: **o que fazem, o que**

pensam, o que almejam. São Paulo, [online], ed. Moderna, 2004, p. 1. Disponível

em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf>>. Acessado

em: 10 de Maio de 2015.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. História

da Formação de Professores no Brasil: **O Primado das Influências Externas.**

[ONLINE], 2008, p. 3836-3847. Disponível em: <

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf >.

Acessado em: 27 de Abril de 2015.